

Digressão sobre a Latinidade

Eduardo Lourenço

Sob um modo ficcional, não isento de arrogância eurocêntrica, podemos levar o paradoxo até ao ponto de imaginar que a *latinidade*, contrariamente às aparências, tem ainda, neste fim de século de universalismo anglófono, uma presença planetária. Com um terço de palavras de origem neolatina (francesa, sobretudo), o inglês veicularia — e de algum modo veicula — essa latinidade, digamos, clandestina. Melhor seria dizer *onírica*, porque o sujeito da cultura de língua inglesa — qualquer que seja o seu estatuto histórico e político — não integra esse estrato latino na sua mitologia cultural. Pelo contrário, como mesmo uma fórmula tão trivial como a de *latin-lover* o mostra, o carácter ou a inscrição do latino e da latinidade numa esfera própria, visada através de clichês de toda a ordem, que vão desde o comportamento culinário ao erótico, do religioso ao político, do ético ao estético, tem a sua origem e a sua vigência numa anunciação assumidamente anglo-saxônica ou até, de mais largo raio,

nórdica. É desse espaço do *norte*, dominado política, econômica e em parte culturalmente, nos tempos modernos, pela Inglaterra, mas podíamos estender a observação a outros *nortes* que fazem parte de culturas e países tão *romanizados* como o foram, em tempos, a França, os Países Baixos ou a Alemanha, que os homens do sul da Europa — em particular os herdeiros da civilização romana — são perspectivados, e bem, como *latinos*. O mesmo “nordismo” funciona fora da Europa, espaço matricial da *latinidade*. Sabemos como a designação de *América Latina* é fonte de controvérsia e mal-estar identitários, mas esse “latinismo” discutível ou indiscutível do continente sul-americano é, ele também, uma leitura *anglo-saxônica*. Isso quer dizer que, na hora atual e na seqüência de um antigo discurso, primeiro quase apenas geográfico, depois cultural, a *latinidade* — na medida em que tal expressão conserva ainda não só sentido, mas uma dinâmica, uma especificidade, digamos mesmo, uma certa forma de *identidade* susceptível de ser visada ou utilizada como referência útil para um projeto ou um sonho cultural digno de consideração não só histórico, mas futurante — designa mais uma particularidade — e quase uma sobrevivência subalterna — no campo mais vasto de uma *Europa* mais “universalizante”, ou mais comumente entrevista como *modelo* — desde a economia à política — do que o clássico mundo latino.

Num mundo como o nosso, dominado pelo paradigma americano, a temática da *latinidade*, o interesse por qualquer coisa tão “cultural” e tão vinculado a um ex-discurso dominante, que tinha na Europa o seu centro e nos países latinos *o seu brasão* político e estético (império de Carlos V,

cultura do Renascimento), parece totalmente *irrelevante*. Outros dirão *bizantina*. Tanto mais bizantina que, subsumida na temática mais vasta, complexa e urgente da temática *européia* — em sentido largo —, nem se vê qual é o *sujeito* — sobretudo atual — de qualquer interesse profundo ou de qualquer preocupação com um mínimo de urgência pelo que é ou será o destino — ou até o futuro da *latinidade*. Existe, a qualquer nível que seja, salvo como natural cultura da nossa herança latina, há dois mil anos retrabalhada pela História, uma preocupação por salvaguardar, cultivar, exaltar um patrimônio *vivido* e concebido como patrimônio específico comum por aqueles países que, por definição, são *latinos*, quer dizer, a França, a Espanha, a Itália, Portugal? À hora de Schengen, os problemas graves que dizem respeito a esses países — mas que a eles se não limitam —, como os do desemprego, da emigração, da droga, da subalternização no campo mediático, expressão ou condicionante de todo o tecido cultural, são resolvidos, bem ou mal, a nível empírico e com alguma concertação entre os responsáveis dos vários países latinos — mas não se discerne, nessa gestão do presente, qualquer reflexo de *solidariedade* que, de longe ou de perto, possamos religar ao fato de pertencermos, quer historicamente, ao *mundo latino*, quer mítica ou culturalmente, à esfera simbólica da *latinidade*.

Teremos de concluir que a nossa problemática da *latinidade* é um mero *hobby* humanista de eruditos, uma remanescência de nostalgias diversamente *imperiais*, e mesmo *imperialistas*, de grandes povos atores da História, à hora em que o crepúsculo europeu se nos tornou sensível e mais sensível ainda àqueles filhos da latinidade que já não deter-

minam os destinos de uma Europa que é filha legítima de Roma? Não seria irrelevante que a nossa temática da *latinitude* ecoasse essa nostalgia. O futuro também advém através dessas nostalgias, dessa mistura de melancolia e de exaltação que nos invade, como a Maquiavel, quando considera o antigo esplendor da Roma dos Césares, numa Itália do presente, reduzido a míseras querelas de campanário. Como as nossas de europeus de finais do milênio. Ao menos sonhemos — e não só por divertimento erudito — com um *campanário* mais vasto e sobretudo mais nosso que aquele onde só ressoa o *rap* do Harlem e o hambúrguer do McDonald's. Precisamente esse de uma *latinitude* que foi não apenas o Império Romano como criador da primeira Europa — e fundamento de todas as outras —, mas a *civilização mediadora por excelência* que não foi paradigma de *universalismo* por qualquer imposição ou triunfo de um etos particular — o do Lácio —, mas pela sua capacidade de integrar ou de se dissolver nos espaços, nas culturas, nas maneiras de ser dos povos conquistados que a conquistavam ou se remodelavam no seu seio.

Isso, sim, me parece mais digno de interesse do que, com a melhor boa vontade do mundo, mas numa perspectiva de *defesa* — mesmo inconsciente —, tentar inventar uma espécie de *nacionalismo cultural latino* para equilibrar o tentacular e, na aparência, irresistível rolo compressor da cultura anglo-saxônica na sua versão americana. É verdade que nós assistimos, neste paradoxal e enigmático fim de milênio, a ressurgências nacionalistas de caráter cultural — e por vezes etnocultural — surpreendentes e que um hipotético revivalismo latino podia inserir-se nesse movimento,

cuja essência é raramente positiva afirmação de uma identidade sufocada, como foi o caso dos nacionalismos do século XIX. O atual revivalismo nacionalista é, sobretudo, medo diante de um *futuro* em que o povo, a etnia, a cultura, a braços com tal vertigem, não se podem imaginar com aquela naturalidade e plenitude próprias de comunidades histórica, política e culturalmente viáveis ou coerentes. Fundados ou infundados, todavia, esses revivalismos nacionalistas — sobretudo os que presenciamos na Europa, casos basco, corso, croata, bosniano, servo, moldavo, por exemplo — apresentam caracteres que lhes conferem ou podem conferir um estatuto de *sujeito* histórico, de potencial e autônomo ator político, em geral pelo entrecruzamento numa singularidade lingüística indiscutível. Tal é, pelo menos voluntaristicamente, o caso basco. Mas nada de semelhante podemos imaginar, para um qualquer papel na ordem do político, nem sequer do cultural, para uma entidade minimamente estruturada e por isso capaz de ser uma referência mobilizadora, como *a latinidade*. Será um tal expressão apenas uma referência nebulosa, mítica, fantasmática que, em última análise, não vive de mais nada que da recordação milenária de um Império Romano, primeira matriz da futura Europa, ecoando de século em século através de todos os sonhos imperiais, desde o de Carlos Magno a Napoleão — tão latino — passando por Carlos V, que veio do norte para reinar sobre o sul e emprestar ao mito imperial de cor romana o seu máximo esplendor? E na sua versão cultural, qual seria o conteúdo dessa recordação, sem cessar revisitada, se não a persistência, mesmo nos seus períodos de ocultação ou subalternização, do *paradigma romano*, aquele que os textos

de Cícero, de Quintiliano, de Tito Lívio, de Tácito, de Horácio, de Sêneca, de Ovídio e Virgílio integraram ao imaginário europeu, quase sem descontinuidade — ou mesmo sem descontinuidade — desde Agostinho, Boécio, Isidoro de Sevilha a Dante, a Petrarca até Hermann Broch? Necrofilia e inane mitologia parecerá a de uma ideal ou idealizada *latinitude*, ancorada para sempre, mesmo com o perfil de um sonho extinto, ao *paradigma romano*, que durante dois mil anos, na sua versão pagã ou na sua versão cristã — e, a partir de uma época, nas duas, histórica, sociológica e mesmo espiritualmente, entrelaçadas —, nunca deixou de existir. Mas só hoje, que o modelo ocidental — falo da Europa, mas a sua amplitude é bem mais vasta — deixou de ser *culturalmente* uma referência expressa e mesmo hegemônica, é que a vigência desse paradigma como essência da *latinitude* pode surpreender a nossa memória de europeus sem ela. Seria fácil e cômodo apresentar uma fenomenologia da *latinitude*, reduzindo a sua presença e persistência ao dado bruto, mas capital, de uma Europa que, em sentido próprio, está, ainda, e sem dúvida, por séculos escrita *em latim*, nessa língua que, mesmo para os mais altos representantes da cultura europeia, se tornou na famosa *lingua morta*. Mais morta que o grego, sem dúvida, mesmo já no latim de igreja em certas épocas, mas *viva* nas entranhas dos falares que dão um corpo *físico*, neste momento, à *latinitude*. E esta vai da antiga pátria de Rômulo à beira do Tejo, ao estuário do Sena e do Guadalquivir, ao Rio Amazonas e ao Rio da Prata, às fronteiras do Rio Grande e mesmo um pouco mais além. Assim, metamorfoseada mas imóvel na sua raiz, a latinidade é, muito prosaicamente, o continente, ao mesmo tempo visível

mas sobretudo audível, que continua, na sua morfologia e na sua sintaxe, a articular o seu discurso sobre o mundo segundo o modelo *romano*. Significa isso mais do que significa, uma herança entre outras do falar de um povo que, a partir de uma pequena cidade itálica, destinada a ser antonomasiadamente a *Cidade*, a *Urbe*, modela o mundo antigo na sua expressão administrativa, jurídica, doméstica, artística, religiosa e, antes de mais, lingüístico-retórica, cujos ecos e gestos se percebem ainda hoje em todas as pretorias e parlamentos do mundo, mesmo não necessariamente *europæus*?

Relativizada enquanto expressão de poder, mas também do exemplo ou prática cultural, a ponto de imaginarmos que não tenha um conteúdo próprio e sobretudo atuante, a *latinidade*, fora do seu momento específico, propriamente *romano*, é hoje uma tão complexa teia de elementos *não-latinos*, em tempos tidos como *bárbaros*, ou bárbaros que por sua vez se afirmaram contra a romanidade e nesse confronto se elevaram ao estatuto de *culturas* de referência do nosso mundo moderno, que parece desencorajar qualquer tentativa de *identificar* para alguma finalidade superior à de uma evocação nostálgica de um continente perdido. De resto, a mais flaubertiana das ressurreições, não só da *romanidade*, como da latinidade que sobre ela se constituiu, de pouco importaria se, além de realíssima e mítica mancha lingüística sobre a face da terra, não inculcasse, por mais inefável ou pouco acessível que nos apareça, uma *forma histórico-espiritual* ainda reconhecível, não só diversa, mas intrinsecamente estruturada, do que podemos e, sem dúvida, devemos chamar *espírito latino*. Em suma, não tanto, nem fundamentalmente, o conjunto de atitudes nas diversas or-

dens que, mesmo simplistamente, podemos considerar como típicas, significativas ou originais dos diversos povos e culturas que hoje se consideram de tradição latina — franceses, italianos, espanhóis, portugueses, romenos, por exemplo —, mas o registo arcaico dessas atitudes, quer dizer, o *modo romano*, a cultura romana, que delas nascem e se impõem, quer o saibamos ou não, como expressão civilizacional de ambições, senão de raio potencialmente universal. Não que os romanos, ao longo dos seus mil anos de história, se tivessem proposto qualquer missão *universal*, como mais tarde outros povos ou culturas as conceberam, mas pelo simples fato de terem inventado, em sentido radical, nunca mais ultrapassado, o *Estado*. O Estado como poder coletivamente assumido, aceito e administrado.

Há mais de um século era moda, sem dúvida pelo intenso fascínio germanista — inconscientemente guiado pelo reflexo protestante anti-romano —, suspender a genealogia da Europa à herança, sublime entre todas, da Grécia. A diferença específica dessa cultura era devida ao famoso milagre grego, à emergência de uma visão de mundo, na ordem do conhecimento como da ação, subdeterminada por imperativos de ordem nacional. Com a Grécia, a humanidade, e de uma vez para sempre, assume-se como sujeito das suas afirmações teóricas e dos seus juízos de valor. Aquilo que Heidegger resumiria numa frase: “*pensar é pensar grego*”. Se os romanos tivessem tido um gosto pela especulação tão intenso como os gregos, digamos, se uma tal questão lhes interessasse, não deixariam de ratificar esta mitologia do pensamento moderno europeu. Quando, em 200 antes de Cristo, conquistam a Grécia, os ainda bem rudes e rústicos vencedores

dos cartagineses admitem, sem grandes reticências, o que hoje chamaríamos a “superioridade cultural da Grécia”. A sua dialética, a sua arte subjagam-nos. Como Horácio num verso célebre o dirá, os vencido vencerão os vencedores. Desde então, já se poderia dizer que a *latinidade* — aquela que impregna a obra de Catão *De Originibus* — começa a sua nunca acabada metamorfose e que é como que *helenizada* ou em processo de ulterior helenização. Dessa inegável não só contaminação mas funda influência — aliás, anterior à conquista grega, pois o sul da Itália há muito que era grego — nascerá a idéia de uma *civilização romana* não apenas brutal, conquistadora, violenta no plano político, mas pouco ou nada original, culturalmente falando. Apesar de dois mil anos de culto da herança romana, de influência cultural maciça, antes e após o Renascimento, do papel determinante para o imaginário europeu exercido pelas obras de Horácio, de Tácito, de Ovídio, mas sobretudo de Sêneca e de Virgílio, a leitura romântica do passado europeu, mas não menos o fato de que a Europa *latina* — ou melhor, a Europa católica — se tornara política e cientificamente subalternizada pela Europa *nórdica*, consagrou essa imagem de Roma como uma incontestável evidência. A seu favor unicamente o fato de que, graças à sua expansão guerreira, da Grã-Bretanha à península arábica, da Hispânia à Bizâncio que falava grego, a cultura que mais tarde evocaremos como *greco-latina* se expandira no mundo então conhecido como civilizado.

Claro está que essa mitologia cultural européia, com a sublimação da Grécia e a subalternização de Roma, resultado da complexa relação de nossos sucessivos presentes — o nosso também —, com um passado sempre outro na luz des-

ses presentes, tem a sua lógica. Acrescente-se que essa sublimação do *helénico* em detrimento do *latino* — já presente na própria cultura romana — faz parte de um combate de outra ordem que a meramente cultural, que tem como objeto, explícito ou implícito, a imagem e o papel do cristianismo na história da civilização europeia. À *latinidade* ficará associada a *catolicidade*, na sua versão historicamente justa da *romana*. E há muito que não são “os historiadores católico-romanos” que escrevem as histórias universais — ou da Europa —, praticamente desde Bossuet e o seu *Discurso sobre a História Universal*. Nessa época e em toda a Europa — mesmo protestante ou já iluminista —, a história de Roma, a leitura de Roma, eram ainda paradigmáticas e a Grécia — então sob domínio otomano e perdida para o Ocidente —, um continente cultural quase submerso, só de raros conhecido. A Europa lia e escrevia latim e nesse sentido era, fora do espaço mais latinizado, toda ela *latinidade*.

Mas essa *latinidade*, esse papel paradigmático de Roma e de seu império, essa fonte inesgotável de um *classicismo* que parecia *eterno* também — embora às avessas — apagava, a seu modo, a *originalidade* de Roma e de sua cultura e, por conseguinte, tornava impossível a emergência de uma especificidade histórica e cultural da *latinidade*, abusivamente confundida com *universalidade*.

Quando, no século XIX, o germanismo se começa a impor, como discurso filosófico, filológico e cultural, surge então, como reflexo de área cultural em perigo — como hoje com a América —, a idéia de defesa da *latinidade* e mesmo de uma romântica União Latina, sonho de poetas (Mistral) mais que de historiadores e políticos. Essa idéia nebulosa

não vai além da sua expressão folclórica, exalta a *latinidade* dos povos latinos, na Europa ou fora dela, como herdeiros e exemplo de um modo de ser, de certo modo de uma visão de mundo, de um *gai savoir* que, embora sem relação profunda com a visão de Nietzsche, reenvia para um certo paganismo provençal um culto das realidade solares e naturais que vale bem e mais que o culto *nórdico* do progresso científico, em suma, do que se chamava então e ainda hoje “o materialismo” ou, na sua forma *soft*, o pragmatismo.

A ideologia desse revivalismo da *latinidade* não levava, não levou muito longe. Em todo caso, não levou à reavaliação e releitura do *paradigma romano*, como Nietzsche o estava fazendo em relação ao *paradigma grego*. Talvez seja a hora de refazer, em relação a Roma, o que Winckelmann, Hölderlin e Heidegger fizeram em relação à mãe grega. É o que, nos últimos anos, um certo número de pensadores, filólogos e filósofos têm tentado levar a cabo. Lembramos, entre outras, a releitura romana de Rémi Brague. Bem precisamos, neste momento de “mundialização” caótica, de nos lembrarmos que devemos a Roma a iniciação sem precedentes do Estado, que não é um conceito do passado, mas do futuro. Enquanto não nos dissolvemos no “não-Estado” utópico — e não parece que os tempos estejam maduros —, a meditação de Roma e do seu destino são a nossa meditação. E a latinidade é o melhor dessa herança que leva a comunidade humana à consciência ética e política de si mesma. Programa sem fim.

Córdoba, dezembro de 1999